

Mercante em todo o Mundo Seção elaborada e coordenada pela

“Empresariado precisa participar na Constituinte”

ESTADO DE SÃO PAULO

12 MAI 1981

JORGE LUIZ (*)

Todos os brasileiros têm a sua atenção voltada para a sede do Conselho Nacional, onde 559 constituintes elaboram a nova Constituição que vai reger os destinos deste país — esperamos — por algumas décadas. Representantes de todos os grupos que constituem a sociedade brasileira fizeram de Brasília a Mecca de suas reivindicações, tentando assegurar na futura Carta Magna um pouco de representatividade das aspirações que se acumularam com o tempo. Chega a representar um emocionante espetáculo cívico as manifestações de que são palco as salas das subcomissões, os corredores e cercanias do Congresso Nacional.

Como brasileiro e cidadão livre, considero válidos todos esses movimentos, pois diferentemente não poderia ser. Como participante de um dos segmentos da sociedade brasileira, minha aprovação é dupla. Democracia pressupõe liberdade. Liberdade em todos os sentidos. Dá porque temos assistido ao fracasso das indevidas intervenções

políticas ou econômicas em nosso país, vivenciadas nos últimos anos.

O Brasil sempre procurou posicionar-se como um país capitalista mesclado pelo socialismo, sem radicalização. Essa relação simbiótica pôde dar certo desde que prevaleçam alguns pressupostos básicos que impeçam a interferência nociva nos estatutos harmônicos das forças atuantes. Não só por convicção, mas por reflexo histórico, percebemos que existe um ponto de partida para o sucesso dessa idéia, que não pode ser outro senão e condenação à estatização da economia. Os exemplos estão aí a provar que quanto mais o Estado tenta impor direção à economia, mais ela envereda por caminhos enviezados.

Não queremos cair na ingenuidade de descartar inteiramente a tutela do Estado. Concordamos que ela seja necessária, mas dentro de determinados limites, sem restringir o desenvolvimento das potencialidades dos que têm capacidade para tal. Este é, portanto, um comportamento vital para a sobrevivência de um país com o nosso que, não há dúvida, nunca se curvará diante de um regime inteiramente estatizador.

Mesmo reconhecendo ser de fundamental importância o desatrelamento — o mais significativo possível — da economia do Estado,

o empresário brasileiro nunca pode vangloriar-se de ter podido ver satisfeitas todas as suas reivindicações, ou pelo menos a maioria delas. Nas duas últimas décadas, esta impossibilidade tornou-se mais evidente. Mas já há dois anos somos bafejados pelas brisas democráticas, que tomaram ainda maior vigor com a convocação, pelo presidente José Sarney, da Assembleia Nacional Constituinte. É, portanto, chegado o momento de, embalados por esses novos ventos, enfiarmos as velas e navegarmos no rumo dos mares da prosperidade. Este é um chamamento ao qual deveriam atender todos os empresários sérios deste país, que desejam fazer de sua capacidade de trabalho e de suas potencialidades o verdadeiro instrumento de construção democrática do Brasil.

Como estão fazendo todos os grupos sociais — miremo-nos até nas minorias que estão organizadas e atuantes —, é válido também que os empresários apresentem suas sugestões à Assembleia Constituinte, em igualdade de condições com todas as forças atuantes deste país. Só assim serão vistos pelos que nos sucederem como uma geração que não descurou do alicerçamento seguro deste que é, voltamos a repetir, um dos sustentáculos da nacionalidade.

(*) Consultor de Relações Públicas de Brasília.